

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 11/10/2018 16:52:40, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Coordenador, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1009358-31.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento - Sicredi Fronteiras Pr/sc/sp**  
 Requerido: **Amauri de Caria**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLAUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Trata-se de **Monitória - Contratos Bancários** proposta por **Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento - Sicredi Fronteiras Pr/sc/sp** em face de **Amauri de Caria**, alegando, em síntese, que celebrou com o réu, além de outros serviços, uma cédula de crédito bancário por meio da qual foi concedido um limite de crédito no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), parcelado em 24 (vinte e quatro) parcelas no valor de R\$350,46 (trezentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos), com 1º vencimento em 24/06/2017 e último vencimento em 24/05/2019. Houve inadimplência, remontando a dívida em R\$13.042,88. Requer a citação do réu para pagamento do débito em 15 dias ou, no mesmo prazo, oferecerem embargos, constituindo-se a final o executivo judicial.

O réu foi citado (fls. 95) e não contestou o pedido, deixando transcorrer o prazo "in albis" (fls. 106).

**É o relatório.**

**Fundamento e Decido:**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

Aprecio diretamente o pedido, com fundamento no art. 355 inciso II do Código de Processo Civil.

O pedido se acha devidamente instruído com prova escrita sem eficácia de título executivo. O réu é revel, de modo que deve ser aplicada a regra do art. 344 do Código de Processo Civil, impondo-se a procedência do pedido.

Com efeito, os documentos de fls. 59/81 (cédula de crédito bancário, extratos e demonstrativos do débito), demonstram o crédito perseguido, bem como a inadimplência do réu.

Ressalte-se, por fim, que “nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas”, nos termos da Súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça.

**ISTO POSTO**, na falta de pagamento ou embargos no prazo legal (art. 702), nos termos do art. 701, §2º do novo Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE** o pedido da presente ação e reputo constituído de pleno direito o título executivo judicial, no valor indicado na inicial, acrescido de correção monetária desde a data do vencimento e juros de mora de 1% ao mês, prosseguindo-se como execução.

O réu arcará com o pagamento das custas processuais e com os honorários advocatícios arbitrados, por parâmetro, em 10% do valor do débito corrigido.

Publique-se e intime-se.

Araraquara, 11 de outubro de 2018.

ANA CLÁUDIA HABICE KOCK  
Juíza de Direito

<b>DATA</b>
-------------

Em 11 de outubro de 2018, recebi estes autos em cartório. Nada mais. Eu, \_\_\_\_\_, Coordenador, subscrevo.